

## **Expansão privado-mercantil da Educação Superior no Brasil: um estudo do FIES**

Fernanda Cristina Oliveira de Lima(UFRN)  
Fernanda.oliveira.700@ufrn.edu.br

Matheus Lucas Silva de Souza (PPGED/UFRN)  
matheuslucasrn@gmail.com

Alda Maria Duarte Araújo Castro (PPGED/UFRN)  
aldacastro01@hotmail.com

### **Introdução**

O presente trabalho objetiva analisar a evolução da Educação Superior privada no Brasil, tendo como uma de suas principais referências o crescimento dos contratos do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Trata-se de uma pesquisa que adota o materialismo histórico-dialético como ótica, os demais procedimentos técnicos consistem em revisões bibliográficas e análises documentais. Além disso, foram elaboradas séries estatísticas a partir dos dados disponibilizados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e pelo Relatório de Gestão do exercício do FIES (MEC, 2017).

O trabalho considerou as Leis nº 10.260 (BRASIL, 2001), que criou o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) no mandato de Fernando Henrique Cardoso; a Lei nº 12.202 (BRASIL, 2010), que altera a Lei de criação do FIES, criada no mandato de Luís Inácio Lula da Silva.

Além disso, leva-se em consideração que o FIES exerceu significativa relevância no processo de expansão da Educação

Superior brasileira, visto que enquanto permitiu que parcela da população se inserisse nesse nível de ensino, também favoreceu o setor privado com o financiamento direto dos cofres públicos, permitindo que instituições privadas de Educação Superior se reestruturassem financeiramente com esses recursos e atraindo o interesse mercantil para esse segmento. O programa foi importante em garantir progressos no aspecto do ingresso, por outro lado consentiu que as instituições privadas de ensino superior encontrassem nessa transferência de recursos propiciada pelo FIES mais uma maneira de se fortalecer no Brasil como ofertante protagonista da Educação Superior.

### **Relação privado-mercantil, o FIES e suas repercussões para a expansão da educação superior**

A expansão da Educação Superior privada foi consentida pelas normativas adotadas pelo Estado brasileiro desde a década de 1990, as quais possibilitaram o crescimento das Instituições Privadas da Educação Superior no Brasil. Dessa forma, várias iniciativas governamentais foram importantes para manter esses altos números, entre eles a criação e ampliação do financiamento via FIES, que tem como finalidade o financiamento de bolsas de estudos integrais e/ou parciais a estudantes de cursos de graduação nas IES privadas.

Ao decorrer do período analisado, pode-se observar que através dos mecanismos legais de funcionamento do programa, várias pessoas puderam ter acesso a esse nível de ensino, entretanto, a expansão se deu basicamente pelo aumento do número de contratos e valores empenhados e pagos pelo FIES às Instituições Privadas de Ensino Superior, ou seja, a partir da transferência do Fundo Público para a iniciativa privada.

Nesse contexto, foi implantada uma série de políticas voltadas para a expansão da Educação Superior, tendo como principal marco regulatório a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394 (BRASIL, 1996), que permitiu uma ampla diversificação e diferenciação institucional, em consonância com as orientações dadas pelos organismos internacionais, como Banco Mundial (1995).

Essas medidas tiveram um grande impacto na expansão da educação superior no Brasil e possibilitaram um amplo crescimento do número de instituições, matrículas e cursos na Educação superior em ambas esferas administrativas, mas com destaque para o segmento privado, reordenando esse nível de ensino para o cenário conhecido. Elenca-se o FIES como um marco para essa expansão privada, sendo criado pela Lei nº 10.260 (BRASIL, 2001), sob o governo de Fernando Henrique Cardoso.

De acordo com Souza (2021, p. 140), entre os anos de 2003 e 2010, período que representa os mandatos do governo de Luís Inácio Lula da Silva, o FIES apresentou um crescimento instável, tendo um crescimento de 49.248 contratos para 76.039 em 2010, uma evolução percentual de 54%, passando a ter seu crescimento mais expressivo nos anos seguintes.

Com a expansão do FIES e diminuição das exigências para estabelecimento de contratos para os alunos, percebe-se que há um notório crescimento dos números de contratos durante os anos que representam o primeiro mandato do governo de Dilma Rousseff, possuindo um crescimento abrupto no número de contratos, registrando 154.367 em 2011 e 732.593 em 2014, ano de maior expressão numérica, registrando uma evolução percentual de 374%. Logo, pode-se considerar que esse crescimento é efeito da promulgação da Lei nº 12.202 (BRASIL, 2010), que possibilitou diversas flexibilizações do FIES.

O período que abrange de 2015 e 2018 foi um período de crescentes restrições no FIES para Souza (2021), culminando em uma série de requisições para contratação do programa, o que ocasionou um decréscimo no número de contratos do FIES. No ano de 2015 foram firmados 287.347 contratos, um número ainda expressivo, todavia, é averiguado que nos anos seguintes há um decréscimo, chegando em 2019 com apenas 85.037 contratos o que mostra uma redução de -70%. Nos anos seguintes o programa retornar a crescer, visto que no ano de 2020 os contratos totalizaram 197.728, tendo uma evolução percentual de 160%.

Faz-se necessário observar também os valores empregados pela União para possibilitar o financiamento e constância do FIES, tais valores foram analisados com o resultado de 1 bilhão de reais em 2010 para um valor aproximado a 20 bilhões em 2017, tendo uma evolução percentual de 1.138% nesse período.

Em referência aos valores pagos, a disposição de crescimento é mantida, repetindo valores semelhantes entre 2010 e 2017, tendo uma evolução percentual de 1.147%. Observa-se que os anos de retração do FIES, a partir de 2015, são os anos em que se destacam o maior custo operacional do programa, implicando que, mesmo com o decréscimo de contratos, há um gasto severo da união, motivado possivelmente pela liquidação de contratos inadimplentes e também pelo movimento de recompra de títulos excedentes que não foram usados totalmente pelas IES privadas (SOUZA, 2021).

## **Conclusão**

As políticas educacionais implementadas ao longo do período de 2010 a 2019 foram frutos das mudanças ocorridas no País com a implantação das políticas neoliberais que priorizam os cortes do campo social com sérias implicações para a educação superior que

viu a sua privatização aumentando a cada ano. Os dados apresentados nesse trabalho mostram um nítido crescimento no setor privado que pode ser observado pelos números de contratos do programa sobre o FIES entre os anos de 2010 a 2020 e os valores empenhados e pagos para o FIES segundo as Leis Orçamentárias Anuais (LOA) nos anos de 2010 a 2017.

Embora tenha contribuído para as políticas de acesso à Educação Superior, o FIES tem possibilitado o aumento do lucro das mantenedoras, sem comprometimento com a qualidade do ensino oferecido, deixando também um crescente endividamento dos alunos financiados, tendo em vista os grandes sinais de inadimplência que tem envolvido o programa.

## **Referências**

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior**: las lecciones derivadas de la experiencia. Washington, 1995.

BRASIL. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12202-14-janeiro-2010-600572-publicacaooriginal-122481-pl.html>. Acesso em: 08 de set. de 2022.

BRASIL. **PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017**. Ministério da Educação. In: Processo de Contas Anuais – FIES, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/junho2018-pdf/89241-relatorio-de-gestao-do-exercicio-2017/file>. Acesso em: 08 de set. de 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.

SOUZA, M. L. S. **Programa de Financiamento Estudantil (FIES) no contexto do Plano Nacional de Educação (2014-2024)**: uma

análise da expansão e privatização do ensino superior no Brasil e no Rio Grande do Norte. 2021. 188f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.